

O ILUMINISMO E AS REFORMAS POMBALINAS

Francisco José da Silveira Lobo Neto

“O ILUMINISMO é a saída do homem da sua menoridade, pela qual ele é responsável. Menoridade, isto é, incapacidade de servir-se do próprio entendimento sem a orientação de outrem, menoridade pela qual ele é o responsável porque a causa dessa incapacidade não está numa deficiência de seu entendimento, e sim na falta de decisão e de coragem para dele servir-se sem a direção de outrem. *Sapere aude!* Tem coragem de servir-te do teu próprio entendimento! Eis a divisa das ‘Luzes’.”

(Emanuel KANT, 1784)¹

Quando, em 28 de junho de 1759, no Palácio de Nossa Senhora da Ajuda, em Lisboa, D. José I, Rei de Portugal, assinou o Alvará de Lei

“por que - como o apresentava a ementa preparada por Joaquim José Borralho, da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino - V. Majestade há por bem reparar os estudos das línguas latina, grega e hebraica, a arte da Retórica da ruína a que estavam reduzidos e restituir-lhes o antecedente lustre que fez os portugueses tão conhecidos na república das Letras, antes que os religiosos jesuítas se intromettessem a ensiná-los, abolindo totalmente as classes e escolas dos mesmos religiosos, estabelecendo no ensino das aulas e estudos das letras humanas uma geral reforma, mediante a qual se restituia nestes reinos e todos os seus domínios, o método antigo, reduzindo aos termos símplices e claros e de maior facilidade que atualmente se pratica pelas nações mais polidas da Europa. Tudo na forma acima declarada.”²

a educação brasileira passava a uma nova fase.



Esta Reforma de Estudos, realizada pelo todo-poderoso Ministro do Rei, Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal, representa uma, dentre um conjunto de mudanças cujo objetivo era modernizar Portugal, isto é, colocá-lo entre as “*nações mais polidas da Europa*” na segunda metade do século XVIII.

Uma reforma que se faz com base no argumento de que

“da cultura das Ciências depende a felicidade da Monarquia, conservando-se, por meio delas, a Religião e a Justiça, na sua pureza e igualdade (...)”

e

sendo o estudo das letras humanas a base de todas as ciências que se vêem, neste Reino, extraordinariamente decaídas daquele

¹ Esta conceituação de KANT, está em sua *Resposta à pergunta: o que é o Iluminismo* de 1789. A questão fora colocada por Zoellner, em artigo publicado, em dezembro de 1783, na revista *Berlinische Monatsschrift*. (cfr. FALCON, 1989: 19)

² cfr. ALMEIDA, 1989: 34

auge em que se achavam quando as Aulas se confiaram aos religiosos jesuítas, em razão de que estes, com o escuro e fastidioso método que introduziram nas escolas destes Reinos e domínios; (...)

... ainda quando outro fosse o método dos sobreditos religiosos, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino e educação dos meninos e moços, depois de haverem mostrado tão infaustamente a experiência por fatos decisivos e exclusivos de toda tergiversação e interpretação, ser a doutrina que o governo dos mesmos religiosos faz dar aos alunos de suas classes e escolas, sinistramente ordenada à ruína não só das artes e ciências mas até da mesma Monarquia e Religião. (...)” (Alvará de Lei, de 28.06.1759).

As mudanças pedagógicas de Pombal, assim como as demais reformulações de sua época, refletem a *mentalidade ilustrada*, tal como ela se apresenta em Portugal. Embora nem sempre seja possível identificar, nos escritos do Marquês, a clara explicitação do ideário iluminista, é inegável que o Alvará de Lei de 1759 argumenta e determina na esteira das críticas e propostas tecidas por um Verney e por um Ribeiro Sanches, ambos representantes expressivos do movimento iluminista em sua vertente portuguesa³.

A reforma, na medida em que **" se praticará não só nestes Reinos, mas também em todos os seus domínios"** abrange o Brasil, deixando suas marcas na evolução educacional do País.

Por outro lado, mesmo mantendo em seus devidos limites o mínimo impacto e o grande atraso de influência do iluminismo na intelectualidade brasileira, não se pode ignorar a presença de idéias que fazem com que MARTINS (1976: I, 453-463) a elas se refira como "Lampejos iluministas"⁴.

1. CARACTERIZAÇÃO DO ILUMINISMO

O ILUMINISMO OU ILUSTRAÇÃO⁵, que se manifesta, de forma mais evidente, na Europa do século XVIII, nem pode ser reduzido a este seu momento cronologicamente demarcado, nem pode ser tratado como um movimento da intelectualidade européia, sem levar em conta significativas diferenças locais. Nem mesmo a centralidade do movimento iluminista francês - por mais emblemática que seja a elaboração e publicação da "*Encyclopédie, ou Dictionnaire raisonné des Sciences, des Arts et des Métiers*"⁶, por mais significativa que tenha sido a influência dos

³ O aprofundamento da questão da influência do iluminismo no período de Pombal encontra excelente referência na obra *A Época Pombalina* de Francisco José Calazans FALCÓN, publicada pela Editora Ática, de São Paulo, na Coleção Ensaio (n.º 83), em 1982. Recomenda-se, especialmente, na Segunda Parte, a seção C do Capítulo IV e a seção B do Capítulo V.

⁴ "É preciso, pois resistir à tentação de identificar ... a Ilustração brasileira com a idéia abstrata de Ilustração. Esta última foi, entre nós, mais uma *idéia* do que um *programa*, menos um modelo de ação que um tópico do conhecimento. Não impede, antes explica, que as classes intelectuais, reduzidas como fossem (mas as suas proporções restritas automaticamente delimitam o alcance efetivo da influência que pudessem exercer), estivessem 'ao par' da literatura iluminista". (MARTINS, 1976: I, 459)

⁵ Aqui, como em vários outros contextos, a palavra Ilustração (do alemão *Aufklärung*) está usada como sinônimo de Iluminismo. Entretanto é conveniente sempre ter presente que as palavras *Lumières* (francês), *Aufklärung* (alemão), *enlightenment* (inglês), *lumi* (italiano), *ilustración* (espanhol) não tem sempre o mesmo significado. "Não basta estudar cada palavra em si mesma; é preciso situá-la filológica e historicamente, nacional e internacionalmente" (cfr. FALCON, 1989: 15). Mas não parece faltar um lastro comum de significado nesta - que não é a única - utilização da metáfora das luzes, como antítese ao pretendido *obscurantismo* medieval.

⁶ Teve seu primeiro volume publicado em 1751, com o *Discurso Preliminar dos Editores* (Diderot e D'Alembert), escrito por D'ALEMBERT, onde afirma: "A obra de que publicamos hoje o primeiro volume tem dois objetivos: Como *Enciclopédia* deve expor, tanto quanto possível, a ordem e o encadeamento dos conhecimentos humanos; como *Dicionário raciocinado da Ciências, das Artes e dos Ofícios* deve conter,

pensadores franceses em outros países, e, por mais estreita que tenha sido sua relação com a Revolução Francesa⁷ -, pode nos permitir esquecer as contribuições específicas do iluminismo inglês, italiano e alemão. Como se expressa Paul Hazard:

"Resistências; rebeliões; lutas para desapossar a França de seus privilégios; línguas, literaturas, filosofias, que estão encarregadas de exprimir a força de um sentimento nacional que cresce todos os dias; Estados múltiplos que afirmam a sua vontade de viver a sua vida particular; uma Espanha impermeável, uma Itália que quer reencontrar a sua unidade romana, uma Alemanha que se constitui moralmente, uma Inglaterra cujo pensamento conquista o continente: eis aí, para não falar senão dos países que dirigiram a opinião européia, alguns aspectos esquecidos por Rivarol⁸, quando escrevia serenamente que chegara o tempo de dizer: o mundo francês"⁹.

O Iluminismo, por um lado, expressa a culminância de um processo já presente no Renascimento¹⁰ e fortalecido na revolução científica do século XVII; mas, por outro lado, marca também o início de um processo intelectual de longo fôlego, que nos permite reconhecer ainda hoje sua influência.

"Aproximadamente desde os meados do século XVIII o conceito de *ILUSTRAÇÃO* se usa na Europa Ocidental - sobretudo na Alemanha, Inglaterra e França - para caracterizar o presente como era da razão e do progresso, assim como do começo de uma nova época da história da liberdade. Desde então, com este conceito, se designam sobretudo os movimentos que, depois da erosão da antiga sociedade européia e de suas representações de valor, introduzem ou querem introduzir uma mudança da consciência e das instituições em nome da razão; essa mudança se estende à economia e à ação, ao direito e ao Estado, às artes e às ciências, à moral e à religião" (OELMÜLLER, 1978: 334).

Se o Renascimento Humanista se caracterizou pela recondução do homem como centro e referência da realidade a ser conhecida, o Movimento Iluminista instaura a racionalidade como referência única para o humanismo. A razão é a única luz, a iluminação racional substituindo a iluminação mística e aquela proveniente da autoridade dos autores clássicos¹¹. O critério da verdade passa a ser a ciência, geradora

sobre cada Ciência e sobre cada Arte, seja liberal, seja mecânica, os princípios gerais em que se baseia e os detalhes mais essenciais que formam seu corpo e sua substância" [p. 21]. Os dez últimos volumes de textos (VIII a XVII) foram publicados em 1765 e, em 1772, são publicados os dois últimos volumes de figuras.

⁷ Alguns autores marcam o término do Iluminismo na Revolução Francesa. Certamente, com ela, muitas idéias do iluminismo - sobretudo entre os franceses - encontram seu esgotamento. Mas, muitas outras, e muito importantes na caracterização do movimento iluminista prosseguem seu curso na História.

⁸ Antoine RIVAROL (1753-1801), autor do *Discurso sobre a universalidade da língua francesa*, publicado em 1784.

⁹ HAZARD, P. *La pensée européenne au XVIIIème siècle: de Montesquieu à Lessing*, t.I. Paris, Boivin, 1946, p.259 apud FALCON, 1982: 146.

¹⁰ Embora se possa afirmar um "início" e um "final" de movimentos historicamente definidos, é necessário ter presente que, muitas vezes, sobretudo quando falamos de movimentos de idéias, concepções, mentalidades, antes do momento em que os fatos caracterizem, com maior ênfase, um "começo", encontramos manifestações nítidas dessas idéias, concepções e mentalidades.

¹¹ "O universo e as reflexões são o primeiro livro dos verdadeiros Filósofos, e os Antigos, sem dúvida, o tinham estudado: era portanto necessário fazer como eles; não se podia substituir este estudo pelo de suas Obras, que foram destruídas em sua maioria e das quais um pequeno número, mutilado pelo tempo,

de técnica e tecnologia, de progresso, de bem estar para todos. Instituiu-se, portanto, a ousadia do saber ("aude sapere") para cada um, a coragem de servir-se de seu próprio entendimento, em um movimento que promova, para um número cada vez maior de homens, o exercício de pensar por si mesmos, a conquista da autonomia¹².

E é esse traço geral da "ousadia de pensar por si mesmo" que nos dificulta caracterizar o movimento iluminista através de outros aspectos comuns, sem correr o risco de promover equívocos e simplificações.

O primeiro deles é reduzir o iluminismo a um puro e frio racionalismo excludente do sentimento, da sensibilidade, da subjetividade. Talvez fosse mais correto - admitindo, embora, a inegável e, muitas vezes exagerada, exaltação da razão - recuperar os claros indícios de que, em sua própria manifestação, o iluminismo não exclui, mas incorpora e se deixa exprimir, no reconhecimento da subjetividade, com sentimento, emoção e paixão.

Entre tantos, considere-se o exemplo deste trecho em que D'HOLBACH¹³, em forma de uma peroração a Deus, exprime o destemor do ateu, caso se visse surpreendido, após a morte, pela existência daquele que negara:

"Ó Deus Pai, não te mostraste ao teu filho! Perdoa se o sentimento do meu coração não conseguiu distinguir a tua sublime fisionomia daquela de feroz tirano que o supersticioso adora cheio de terror. (...) não olhei para as lágrimas das viúvas sem compaixão; não ouvi o pranto dos órfãos sem comoção. (...) Os meus erros foram o efeito do temperamento que tu me deste. (...) Se és, como me asseguram, bom e justo, não podes então condenar-me pelos erros da minha imaginação, pelos erros causados pelas minhas paixões, que para mim são consequências necessárias da estrutura do corpo que me destes (...)" (cfr. *Système de la Nature*, P. II, c. 10 (apud FABRO, Cornelio. Introduzione all'ateismo moderno. Roma, Pont. Univ. di Propaganda Fide, 1961, pag. 129-131)

Ou ainda o verbete "sensibilidade" da *Enciclopédia*, escrito por Louis, chevalier de JAUCOURT:

"Sensibilidade. Disposição terna e delicada da alma que lhe torna a comoção fácil. A sensibilidade da alma dá uma espécie de sagacidade sobre as coisas honestas e vai mais longe que a penetração apenas do espírito...A reflexão pode tornar o homem probo; mas a sensibilidade torna o homem virtuoso. A sensibilidade é a mãe da humanidade, da generosidade; serve o mérito, socorre o espírito e traz consigo a persuasão" (cfr. A Enciclopédia: textos escolhidos, Lisboa, Estampa, 1974).

não podia nos dar, sobre uma matéria tão vasta, senão noções muito incertas e muito alteradas" *Enciclopédia* ...: Discurso Preliminar, Editora UNESP, 1989, p.65).

¹²"A LIBERDADE reside no poder que um ser inteligente tem de fazer o que quer de acordo com a sua própria determinação" [JAUCOURT, verbete *Liberdade* na *Enciclopédia*. Cfr. *A Enciclopédia: Textos Escolhidos*. (trad. Luiza Tito Moraes). Lisboa, Editorial Estampa, 1974, p.113]. "Não há nenhuma autoridade acima da razão; e não há mais causas explicativas e reguladoras do mundo do que aquelas que são imanentes ao próprio mundo. Qualquer outra causa (Deus, finalidades) é uma ilusão, como qualquer outra autoridade, acima da razão, é uma falsa autoridade (a Igreja, o Estado), que explora as superstições e a ignorância do povo" (SCIACCA, 1957: 364)

¹³ Paul Henri DIETRICH, Barão D'HOLBACH, 1723-1789.

O segundo equívoco é - ainda no caminho de generalizar algumas características relevantes - apresentar o iluminismo como expressão da ideologia burguesa e como rompimento da inteligência com a fé e a Igreja¹⁴. Tudo de forma tão categórica e linear que compromete a riqueza das diferenças e variedades, estas, sim, manifestação comum a todos os iluminismos, como "ousadia do homem em pensar por si mesmo". Mais do que caracterizada por um sistema de idéias,

"a *razão iluminista* é concebida como energia ou força intelectual, só compreensível e perceptível através da prática, isto é, do que é capaz de fazer e produzir. (...) "A razão define-se, portanto, como crítica de um pensamento 'tradicional' - de suas formas e conteúdos. Tudo deve ser submetido ao espírito crítico. (...) Mais que convencer ou persuadir, com argumentos racionais, trata-se de trazer à tona, em cada um, essa capacidade ou essa essência racional, comum a todos: *pensar por si mesmo*, 'sair da minoridade para a maioria', tal é a palavra de ordem"¹⁵.

Mas, mantendo toda a atenção a suas variadas manifestações, é possível reconhecer traços característicos do movimento iluminista português, mantido dentro dos limites da prudente preocupação em não romper as barreiras da fé católica, tão importantes para a sustentação do poder monárquico absoluto e a coesão social¹⁶.

2 - O ILUMINISMO PORTUGUÊS¹⁷

O iluminismo português, como também o iluminismo espanhol, manifesta-se com atraso em relação ao movimento nos demais países da Europa, como nos sinaliza D'ALEMBERT:

"... as universidades de Espanha e de Portugal, graças à Inquisição que as tiraniza, são muito menos avançadas; nelas a filosofia está ainda no mesmo estado em que entre nós esteve do século XII até o século XVII; os professores chegam a jurar que jamais ensinarão outras: a isto chama-se tomar todas as precauções possíveis contra a luz. Num dos jornais dos sábios do ano de 1752, no artigo das *Novidades literárias*, não se pode ler, sem espanto nem aflição, o título deste livro recentemente impresso em Lisboa (em pleno século XVIII): *Systema aristotelicum de formis substantialibus*, etc, *cum dissertatione de accidentibus absolutis*

¹⁴ Neste sentido, cabe ter presentes as observações de FALCÓN: "Havia, é certo, idéias e intelectuais burgueses no movimento iluminista. Mas *eram todos burgueses*? Já vimos que aí se situam as divergências dos historiadores. O mais difícil, portanto, é saber como avaliar corretamente as idéias, hábitos, comportamentos e atitudes de natureza aristocrática (no sentido de nobreza e clero) presentes no movimento iluminista" ... "O *anticlericalismo*, típico das "luzes" francesas, não é a regra do restante da Europa. O reconhecimento da diferença como raiz da autonomia do homem e do mundo faz parte também de um processo interior à própria Igreja. Com frequência, a *iluminação racional*, longe de ser encarada como oposta à *iluminação religiosa*, foi entendida como uma espécie de expansão ou ampliação desta última (FALCÓN, F.J.C. *Iluminismo*. 2ªed. São Paulo, Ática, 1989, pág. 28 e pág.34).

¹⁵Idem, pág. 36-37

¹⁶ Laerte Ramos de CARVALHO lembra que na instituição das aulas régias em 1759, a razão de Estado invocada nos Alvarás Régios é a necessidade de se "conservarem a união cristã e a sociedade civil" (CARVALHO, 1978, pág. 32)

¹⁷ Sobre o Iluminismo Português, nossa referência está principalmente na obra de FALCON, *A Época Pombalina*, publicada pela Editora Ática, em 1982.

(Ulissipone, 1750). Quase que é de crer que se trata de um erro de impressão, e que é 1550 que devemos ler"¹⁸

E, tanto entre os espanhóis quanto entre os portugueses, o iluminismo se caracteriza como uma

"ideologia estruturada alhures e para ali transferida, modificando-se bastante no decurso desse movimento, que é não um simples 'reflexo' mas uma verdadeira releitura, uma reinterpretação do discurso ilustrado em função das condições concretas ali existentes, de onde resultou uma construção ao mesmo tempo nova e original, cujas limitações e peculiaridades devem ser entendidas como resultantes de tais determinações de natureza histórica" (FALCÓN, 1982, pág. 197).

Em 1777, Antônio RIBEIRO SANCHEZ, em seu *Dificuldades que tem um velho reino para emendar-se*, reflete essa defasagem e inspiração exógena em sua afirmação:

"Incômodos semelhantes sucederiam a todo aquele Legislador que de um Reino Velho, instituído com as Leis do Fanatismo, com as leis sem serem fundadas na conservação e amor dos súditos, leis sem objeto algum para aumentar a população, sem objetivo para a defesa geral do Estado, quisesse de um jato reformar *este cadaveroso Reino*, e formar dele um Novo, à imitação daquele de Rússia, de Prússia, de Sardenha, etc., etc."¹⁹

O quadro da sociedade portuguesa que, no período pombalino, vai vivenciar as mudanças modernizadoras de inspiração iluminista, pode ser melhor entendido se retomarmos um pouco alguns marcos históricos de sua trajetória a partir do trauma da morte do Rei D. Sebastião em Alcácer Quibir (1578), o domínio da coroa espanhola (1580-1640), a restauração da monarquia na figura do Duque de Bragança (D.João IV), o fluxo do ouro brasileiro a partir das descobertas das minas (1693), a aliança comercial com a Inglaterra (Tratado de Methwen-1703), o longo e faustoso reinado de D. João V (1706-1750).

Mais do que fatos isolados, são momentos de um processo de construção de uma sociedade, cuja riqueza vinda do ouro brasileiro²⁰, movendo-se nas restrições de seus horizontes, bastante limitados pela preservação de uma sempre ameaçada unidade e soberania. Unidade de fé e de submissão ao monarca absoluto se confundiam em um único sentimento, fortemente reforçado pela mitificação dos reis na figura lendária do sempre esperado regressante D. Sebastião. A soberania exercitava-se sob a constância dos desafios franceses e espanhóis pretensamente resolvidos pela capitulação comercial aos ingleses, sob a tensão permanente das relações com o poder espiritual de Roma expresso nas divergências clericais e nas lutas de congregações face à consolidada hegemonia dos jesuítas.

¹⁸ cfr o verbete Escola (Filosofia da) em *A Enciclopédia: textos escolhidos*, Lisboa, Estampa, 1974, pág. 59.

¹⁹ Apud FALCÓN, op.cit., 1982, pág. 202

²⁰ Joaquim Pedro de OLIVEIRA MARTINS (1845-1894) refere em sua *História de Portugal* que, durante o reinado de D.João V, do Brasil foram para Portugal: 130 milhões de cruzados; 100.000 moedas de ouro; 315 marcos de prata; 24.500 marcos de ouro em barra; 700 arrobas de ouro em pó; 392 oitavas de peso e mais 40 milhões de cruzados de valor em diamantes (cfr OLIVEIRA MARTINS, 1972: 437-438).

Neste período, que antecede as mudanças na metade do século XVIII, por um lado encontramos a ostentação do esplendor barroco da corte de D. João V, fortemente relacionado ao fanatismo religioso. Na arquitetura sobrecarregada, faustosa, opressiva, cujo melhor exemplo é o convento e basílica de Mafra; nos espetáculos em que a encenação e os artifícios da época de Metastásio²¹ são usados apenas para impressionar; nas procissões que misturam religiosidade e festa popular; nos autos-de-fé²² onde um zelo religioso mal esconde a crueldade inquisitorial, a serviço de interesses nem sempre relacionados com a preservação da fé, tudo reflete uma realidade econômica "assentada num fluxo aurífero crescente, a tudo levando de roldão, a produção e os homens, a iniciativa e os costumes, com isso favorecendo o contrabando, o aumento do aparelho burocrático, o ensimesmamento mental da maioria"²³.

Por outro lado, esta mesma época é marcada pelo "estrangeiramento", que é um fenômeno resultante da divisão entre os portugueses "castiços" e os "estrangeiros / estrangeirados". Os primeiros não aceitam aqueles que - indo ao exterior ou entrando em contato com estrangeiros que vinham a Portugal - modificavam sua maneira de ver, pensar e sentir, deflagrando um movimento de idéias contrário principalmente ao provincianismo cultural e político, ao predomínio ainda vigente da escolástica e à repressão da Inquisição.

Assim é que o Conde de Ericeiras promove as conferências em sua casa, debatendo assuntos filosóficos e literários, valorizando o progresso das ciências, sob inspiração do Padre Bluteau²⁴. Em 1720, com a fundação da *Academia Real de História Portuguesa*, sob o patrocínio de D. João V, várias iniciativas surgem no campo das artes e também, no campo da engenharia militar, da cartografia²⁵, da preocupação com o ensino.

Esta última, contou com decisiva influência dos oratorianos²⁶, introduzidos em Portugal em 1668. Sua proposta pedagógica enfatizava o aprendizado da língua materna, da geografia, da história e das ciências naturais. Filosoficamente não se alinhavam à corrente aristotélica e, já no século XVII, seus Colégios estavam bastante influenciados pelo cartesianismo. Em Portugal, com a proteção do Rei, quebraram a hegemonia dos jesuítas, obtendo reconhecimento oficial dos estudos dos alunos de suas escolas (1708). Mas, é a partir de 1730 que se evidencia uma reformulação para além dos métodos, com a introdução das ciências experimentais e da filosofia moderna. Contudo, como nos adverte FALCON (1982: 210):

"Conviria (...) não exagerar o âmbito dos resultados anteriores a 1746, aproximadamente, pois, ainda aqui, é somente após o golpe do *Verdadeiro Método* que as posições se definem e as mutações têm lugar".

²¹ Pietro Trapassi (1698-1782), conhecido como METASTÁSIO, poeta italiano que escrevia para composições musicais.

²² Cerimônia pública de aplicação das penas sentenciadas pelo Tribunal da Inquisição

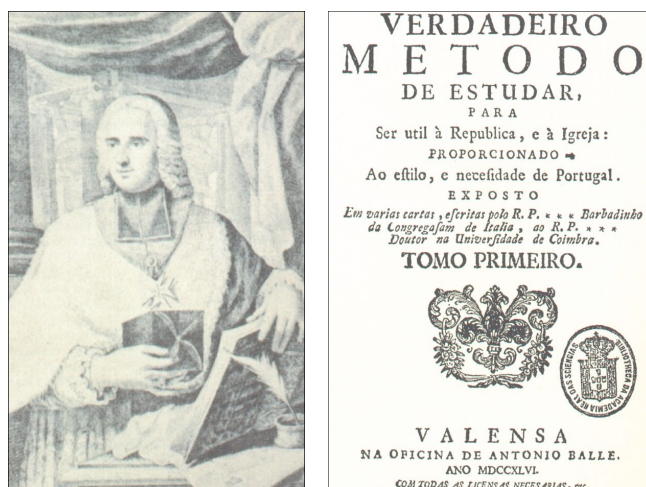
²³ cfr. FALCON, 1982: 203-204. Lê-se ainda, em OLIVEIRA MARTINS: "Um facto fortuito, alheio aos elementos naturais da vida portuguesa na Europa, tinha vindo pelos fins do século XVII influir poderosamente nos destinos da nação. Despovoado e inculto o reino, miseráveis e nuas as povoações, sem riqueza nem trabalho - as minas do Brasil deram ao rei e ao povo uma fortuna que o reino lhes negava" (op.cit. pag. 436)

²⁴ Rafael BLUTEAU, nascido em 1638, na França, pertenceu à Ordem dos Teatinos. Foi para Portugal em 1668. Em 1687, acusado de imiscuir-se em questões políticas, volta para a França. Retorna a Portugal em 1704 e trabalha o seu *Vocabulário da Língua Portuguesa*, falecendo em Lisboa em 1734.

²⁵ Em 1729, os Padres João Batista Carbone e Domingos Capassi são enviados ao Brasil e produzem o *Novo atlas do Brasil*.

²⁶ A Congregação do Oratório, de São Felipe Nery, não era propriamente uma ordem religiosa, mas uma sociedade de padres seculares que permaneciam vinculados aos bispos das dioceses em que atuavam. Assim é que o Oratório francês foi criado, em 1611, pelo Cardeal de Bérulle (1575-1629).

O iluminismo português, portanto, não nasce com Luís Antônio VERNEY. Mas, sem dúvida, é a partir da veiculação do seu "*Verdadeiro método de estudar, para ser útil à República e à Igreja: proporcionado ao estilo, e necessidade de Portugal*" que as rupturas, pela crítica e pela afirmação, se explicitam.



Certamente, a obra de VERNEY tem um nítido enfoque educacional, mas se apresenta também com uma abrangência capaz de cobrir todas as manifestações da mentalidade portuguesa de seu tempo. Explicitação que vem caracterizada pelo compromisso com a realidade de uma determinada sociedade, mesmo - ou, talvez, sobretudo - porque seu autor é um clérigo português (nasceu em Lisboa em 23 de julho de 1713), de origem francesa, aluno brilhante dos Padre Jesuítas, mas que escolhe prosseguir seus estudos com os Padres do Oratório e, indo para a Itália em 1736 (dez anos antes da publicação das 16 Cartas), entra em contato com o pensamento europeu de sua época. Embora não retorne mais a Portugal (morre em Roma, em 20 de março de 1792), está permanentemente presente ao desenrolar-se da vida portuguesa, analisando, criticando e sugerindo medidas que pudessem contribuir para a sua "modernização".

"Verney configura-se como um pensador enraizado no seu tempo, um militante radical sem ser revolucionário, cuja obra passou a referir ou simbolizar, em Portugal, todo um processo de modernização política, econômica e sócio-cultural da elite iluminista portuguesa do qual foi expressão" (NUNES, 1989: 55).

Sob o ponto de vista educacional, a contribuição de Verney pode ser analisada em duas vertentes que se completam. Ao lê-lo no *Verdadeiro Método*, ao compulsar seus outros escritos -, como os Anexos de sugestões que junta às cartas que escreve a Francisco de Almada e Mendonça, Ministro Plenipotenciário em Roma - tanto ressalta sua preocupação com o conteúdo e a metodologia do ensino, desde as classes de gramática até os cursos universitários, quanto ficam evidentes suas preocupações com a política educacional.

Contudo, não são vertentes paralelas, mas coerentemente convergentes. A constatação do atraso de Portugal em relação às outras nações da Europa, a necessidade de modernização, o desejo de romper os bloqueios às idéias inovadoras, levam Verney a identificar, na educação renovada, o insubstituível caminho para promover uma

renovação cultural. Para ele - e nisso expressa o sentimento de muitos - a educação portuguesa e, até mesmo, a nação portuguesa estava paralisada pela rigidez ineficaz de conteúdo e método da pedagogia dos jesuítas²⁷, pelos desmandos inquisitoriais, pelo descompromisso da Universidade com a investigação no campo das ciências²⁸.

Encontraremos, em VERNEY, a valorização das Ciências e do Método Científico, mas não o desprezo pela Fé revelada; a valorização da Gramática e Retórica Portuguesa, mas não a negligência em relação à Latinidade Clássica; a crítica violenta à brutalidade e ignorância da Inquisição, mas não qualquer diminuição de apreço e submissão à instituição eclesial, à Santa Sé e ao Sumo Pontífice. Talvez, a grande contribuição de VERNEY foi a de expressar - como bom freqüentador dos mestres italianos²⁹ - uma nova realidade a ser enfrentada com um propósito firme de torná-la "*útil à República e à Igreja*" mantendo fidelidade "*ao estilo e necessidade de Portugal*".

A reforma educacional proposta por Verney, faz parte de um contexto de mudanças, e nele se integra como suporte essencial³⁰, cuja ausência ou deficiência "causa sumo prejuízo", como ele afirma na Carta Décima Sexta:

"Na idade de sete anos é que devem ensinar-lhe a escrever ...Depois ensinar-lhe as quatro primeiras operações de Aritmética que são necessárias em todos os usos da vida. Nisto há grande descuido em Portugal: achando-se muita gente, não digo ínfima, mas que veste camisa lavada, que não sabe ler, nem escrever: outros que, suposto saibam alguma coisa, não contejam: o que causa sumo prejuízo em todos os estados da vida." (VERNEY, 1746: 205)

Não se deve esperar do texto do "Padre Barbadinho", mais do que ele pode oferecer. É verdade que ele defende o estudo das ciências experimentais. Mas as coloca no currículo que precede os Cursos Superiores, como uma introdução no último momento, reservando seu aprofundamento para a Universidade.

É importante lembrar que, embora as Ciências da Natureza estivessem em franco desenvolvimento, ao tempo de VERNEY estas continuavam vinculadas à Filosofia³¹, como ele mesmo expressa na Carta Oitava:

²⁷ É interessante ver que, na edição feita em Valença, em 1746, o *Verdadeiro Método* é dedicado pelo editor Antônio Balle, aos jesuítas, com enormes elogios. Assim também, na Carta Primeira, o autor expressa sua imensa admiração pela obra dos jesuítas, embora prevenindo possíveis acusações de anti-jesuitismo ao defender posições sobre educação que o desviam "*em muitas coisas do estilo que seguem os Religiosos daquela Companhia neste reino...*".

²⁸ "Se uno progetta qualche cosa pel pubblico bene, e per riformare i disordini, muore in Fortezza. Se indica fin dove si può estendere la libertà del Principe e la libertà del pensare, si riduce all'Inquisizione: vale a dire a quel Tribunale, in cui 4 Preti, che non sanno i principi, nè i limiti della Fede, giudicano di essa; e 4 Frati, che non conoscono la vera Teologia, aggiungono articoli al *Credo*. Dal che ne segue, che in simili paesi mai si vedono fiorire le Scienze, nè la Política, nè il Commercio, nè altre cose, che ne sono conseguenze. All'incontro, dove queste cose sono ben regolate, si vede altro splendore e potenza, anche in mezzo alle guerre" (...) "Quel pensare Gesuitico radicato in tutti i capi fin dall'infanzia, è diventato un'altra natura: ci vogliono molti anni, molta lettura, e gran buona educazione per sradicarlo" (Carta de Luís Antônio VERNEY a Francisco de Almada e Mendonça, em 17 de julho de 1765, apud MONCADA, 1941: 153)

²⁹ Cite-se principalmente Antônio GENOVESI (1712-1769), intérprete italiano da filosofia de Locke, instituidor da cátedra de Economia em Nápoles, de onde trata dos problemas sociais, buscando soluções. Nesta busca é que afloram suas propostas de reformas econômicas e políticas, identificando a educação do povo, e não apenas de uma aristocracia minoritária, como componente fundamental das soluções. Sua obra mais eloqüente sobre a questão educacional é *Ragionamenti sopra il vero fine delle lettere e delle scienze*.

³⁰ "Devia também haver, em cada rua grande, ou ao menos bairro, uma escola do Público; para que todos os pobres pudessem mandar lá os seus filhos" (VERNEY, 1746: 206).

" Eu suponho que a Filosofia é conhecer as coisas pelas suas causas; ou conhecer a verdadeira causa das coisas. Esta definição recebem os mesmos Peripatéticos, ainda que eles a explicam com palavras mais obscuras. (...) saber qual é a verdadeira causa que faz subir a água na seringa é Filosofia; conhecer a verdadeira causa por que a pólvora, acesa em uma mina, despedaça um grande penhasco é Filosofia; outras coisas a esta semelhantes, em que pode entrar a verdadeira notícia das causas das coisas, são Filosofia."

Mas é exatamente com esta concepção, ainda meio enviezada, da Ciência - e conseqüentemente de seu ensino - que se lançam as bases da reforma da Universidade de Coimbra, no Portugal pombalino, levada a termo em 1772. Redirecionam-se todos os cursos e introduzem-se as Faculdades de Matemática e de Filosofia, propostas por VERNEY, mais de 25 anos antes. A Faculdade de Filosofia compreendia 4 Cátedras: Filosofia Racional e Moral; História Natural; Física Experimental e Química Teórica e Prática. A Faculdade de Matemática, também se constituiu com 4 Cátedras: Geometria; Cálculo, Ciências Físico-Matemáticas e Astronomia.

3 - A REFORMA POMBALINA DA EDUCAÇÃO

"Quel pensare Gesuitico radicato in tutti i capi fin dall'infanzia, è diventato un'altra natura: ci vogliono molti anni, molta lettura, e gran buona educazione per sradicarlo" (VERNEY)³²

Entretanto, é na reforma do ensino de Letras e Humanidades empreendida por Pombal, - através do Alvará Régio de 28 de junho de 1759, complementado pelo de 11 de janeiro de 1760 - em um clima de anti-jesuitismo radical, que a discussão deflagrada com o *Verdadeiro Método*... se corporifica. Menos como uma política de educação para o povo português³³, inclusive a "gente ínfima", e mais como um assumir a direção das escolas e de toda a instrução existente para aqueles que usavam "camisa lavada", para usar a expressão de VERNEY.

A primeira determinação é "**privar inteira e absolutamente**" os jesuítas de qualquer atuação pedagógica, dando

"por extintas todas as (suas) classes e escolas, como se nunca houvessem existido em meus Reinos e domínios³⁴, onde têm causado tão enormes lesões e tão graves escândalos".

³¹ "...muitas disciplinas que, mais tarde, se tornaram perfeita e claramente delineadas, só no próprio transcurso da Filosofia Moderna, vieram a explicitar-se. (...) até mesmo a física não parecia comportar tratamento autônomo." (PAIM, 1987: 224)

³² "Aquele pensar jesuítico, enraizado em todas as cabeças desde a infância, tornou-se uma outra natureza: são necessários muitos anos, muita leitura e educação grande e boa para desenraizá-lo"(Carta de Luís Antônio VERNEY a Francisco de Almada e Mendonça, em 17 de julho de 1765, apud MONCADA, 1941: 153)

³³ VERNEY vai reiterar ao Almada em 1765, a recomendação de abrir escolas para o pobres, que já havia explicitado na Carta Décima Sexta do *Verdadeiro Método*.

³⁴ Em 3 de setembro do mesmo ano de 1759, o Rei assina a Lei "mandando que efetivamente sejam expulsos [os jesuítas] de todos os meus Reinos, Domínios, para neles mais não poderem entrar: E estabelecendo debaixo da pena de morte natural, e irremissível, e de confiscação de todos os bens para o meu Fisco e Câmara Real, que nenhuma pessoa de qualquer estado, e condição que seja, dê nos mesmos Reinos, e Domínios entrada aos sobreditos Regulares ou qualquer deles, ou que com eles junta, ou separadamente, tenha qualquer correspondência verbal, ou por escrito, ainda que hajam saído da referida Sociedade ..." (cfr. apud MENDONÇA, 1960: 61)

A segunda determinação é

"ordenar, como por este ordeno, que no ensino das classes e no estudo das letras humanas haja uma geral reforma, mediante a qual se restitua o método antigo, reduzido aos termos simples, claros e de maior facilidade que se pratica atualmente nas nações mais polidas da Europa, conformando-me para a fim de determinar com o parecer dos homens mais doutos e instruídos neste gênero e erudições."

O Alvará cria a figura de um Diretor de Estudos³⁵, a quem compete "*fazer observar tudo o que se contém neste alvará*" e a quem são "*todos os professores subordinados*". Cabe-lhe acompanhar os Estudos, apresentar ao Rei relatório anual "*a fim de evitar os abusos que se foram introduzindo*", propor medidas para melhoria das escolas, advertir e corrigir os professores que deixarem "*de cumprir com suas obrigações*"³⁶, "*extirpar as controvérsias*", fazer com que haja "*uma perfeita paz e uma constante uniformidade de doutrina de sorte que todos conspirem para o progresso de sua profissão e aproveitamento dos seus discípulos*"³⁷.

Seguem as disposições sobre os professores de **gramática latina, grego e retórica**:

a) quanto à **gramática latina**, o Alvará determina imediatamente a instalação "*em cada um dos bairros da cidade de Lisboa de um professor com classe aberta e gratuita*"³⁸ e em cada Vila das províncias "*um ou dois professores*"; como método, indica o *Novo Método da Gramática Latina*, cujo compêndio é o de autoria do Padre Antônio Pereira, da Congregação do Oratório, ou *A Arte da Gramática Latina reformada por Antônio Félix Mendes*³⁹; a seleção dos professores para estas classes é feita em rigoroso exame "*por comissários deputados pelo Diretor Geral*"; serão expeditas, gratuitamente, licenças de ensinar, pelo Diretor de Estudos, para professores examinados por, ao menos, dois professores régios, devendo ser apuradas as qualidades pessoais "*de bons e provados costumes; e de ciência e prudência*"; aos professores é atribuído o privilégio de nobres⁴⁰.

b) quanto ao **grego e retórica**, o Alvará não traz detalhes metodológicos, determinando o número de professores para Lisboa (quatro), Coimbra, Évora e Porto (dois), e Cidades "*cabeças de comarca*" (um); dizendo que se regularão pelas

³⁵ No dia 9 de julho de 1759, D. Tomaz de Almeida, assume o cargo de Diretor Geral dos Estudos, fazendo publicar no dia 28 do mesmo mês os editais para os exames de obtenção da licença de ensinar..

³⁶ Em caso de reincidência, informará ao Rei "*para o castigar com a privação do emprego que tiver e com as mais penas que forem competentes*"

³⁷ Interessante notar o pensamento do governo pombalino sobre a discórdia, explicitado no mesmo item: "*E, porquanto, as discórdias provenientes da contrariedade das opiniões que, muitas vezes, se excitam entre os professores só servem para distraí-los das suas verdadeiras obrigações e de produzirem na mocidade o espírito de orgulho e discórdia...*"

³⁸ Como o rei reconhece que Lisboa ainda não é uma cidade ordenada e regular, fixa em "*oito, nove ou dez*" as classes a serem logo criadas "*repartidas pelas partes que parecerem convenientes ao Diretor de Estudos*".

³⁹ E o texto legal continua, proibindo a *Arte* de Manoel Alvares, os seus comentadores e "*todos e cada um dos Cartapácios de que até agora se usou*", e determinando que "*todo aquele que usar...qualquer outra que não sejam as duas acima referidas, sem preceder especial e imediata licença minha, será logo preso para ser castigado ao meu real arbítrio, e não poderá mais abrir classes nestes reinos e seus domínios*".

⁴⁰ O Alvará Régio de 11 de janeiro de 1760 (cfr. ALMEIDA, 1989: 35-36) traz especificações detalhadas sobre os exames para as "cadeiras" de Retórica e de Gramática latina, prevendo inclusive os exames "*dos que pretendem ensinar particularmente em suas casas ou nas das pessoas que a eles quiserem confiar a educação de seus filhos*".

disposições relativas aos professores de gramática latina, quando aplicáveis e concedendo-lhes os mesmos privilégios; os alunos de comprovado aproveitamento em um ano de grego, serão preferidos para ingressar nas Faculdades de Teologia, Cânones, Leis e Medicina da Universidade de Coimbra; a retórica passa a ser, após ano e meio de instalação das classes determinadas, objeto dos exames de admissão à matrícula nas Faculdades Maiores da Universidade de Coimbra.

c) quanto ao pagamento de professores, o Alvará não inova, referindo-se a anteriores disposições: *"para a subsistência deles tenho dado toda a competente providência"* e *"aplicando-se para pagamento deles, o que já se lhes acha destinado por Provisões reais ou Disposições particulares, e o mais que Eu for servido resolver"*. Somente com a Carta Régia de 10 de novembro de 1772 é criado o *subsídio literário*⁴¹, específico para o sustento das escolas públicas⁴².

Não foi sem dificuldades e morosidade que as reformas se implantaram em Portugal. Em 1761, apenas as cidades de Lisboa, Évora e Porto, além da Universidade de Coimbra, possuíam professores régios. Entre as razões da dificuldade e morosidade, citam-se, sobretudo: carência de pessoas habilitadas para as cadeiras de Grego e Retórica; recrutamento de soldados junto aos estudantes; a falta de verbas garantidas para pagamento dos professores. Por outro lado, se algumas fogueiras consumiram os exemplares da *Arte* do Padre Alvarez e obras conexas, também é verdade que muitos ex-membros da Companhia de Jesus - apesar das determinações reais - passam a ocupar as cadeiras de Gramática Latina.



Mas foi no Brasil que a situação dos estudos, com a expulsão dos jesuítas, sofreu verdadeiro colapso. Somente a partir de 1772 se dá início à implantação das reformas. Antes, são medidas isoladas, sem prosseguimento, como os exames realizados na Bahia para suprir as cadeiras de Gramática Latina e Retórica, e a escolha de Manoel de Melo e Castro e de Manoel da Silva Coelho, em Portugal, para serem professores régios em Pernambuco, no mesmo ano de 1759. Em 1761, são listados 143 estudantes dos 5 professores de Gramática Latina em Pernambuco, dos quais apenas 29 nas classes dos professores régios vindos de Portugal. A verdade é que se desenvolveu - ao lado da limitada ação do governo pombalino - uma rejeição tanto à nomeação de professores que vinham da Metrópole, quanto à substituição do método e livros de referência.

⁴¹ *"Mando que para a útil aplicação do mesmo ensino público, em lugar das sobreditas coletas até agora lançadas a cargo dos povos, se estabeleça, como estabelecimento o único imposto, a saber:... na América e na África: de um real em cada arretel de carne que se cortar no açougue; e nelas, e na Ásia, de dez réis em cada canada de aguardente das que se fazem nas terras, debaixo de qualquer nome que se lhe dê ou venha a dar"*

⁴² Mas, apesar das orientações da corte e as instruções do vice-rei do Brasil, Marquês do Lavradio, o *subsídio literário* foi objeto de abusos (Cfr. ALMEIDA, 1989: 37-38).

O próprio Diretor de Estudos refere-se à opinião dos professores régios sobre a valorização, junto ao povo, dos métodos dos jesuítas como os únicos capazes de ensinar bem o latim, desprezando e ridicularizando o Novo Método:

"... é tal a impressão que deixaram os jesuítas em todo o povo que o seu método de ensinar era o melhor de todos; e tal as saudades que os naturais têm dele que por esse respeito têm todos ódio aos novos métodos que S.M. mandou estabelecer para a reforma dos estudos e deles dizem todos quanto mal se pode excogitar persuadindo a todos que pelo Novo Método se não pode saber latim, e assim fazem zombaria e escárnio dos ditos novos métodos e por conseguinte também dos professores que os foram ensinar dizendo destes muito mal, e levantando-lhe muitos testemunhos e pondo-os no ódio das gentes"⁴³.

É importante frisar o fato da desativação - em um só golpe, no ano de 1759 - de 17 Colégios e Seminários Maiores, entre eles os centros de excelência como os Colégios da Bahia, Recife, Olinda, Piratininga, Rio de Janeiro, São Luís, Belém, Mariana. Instituições consolidadas em um processo de dois séculos de construção pedagógica dos jesuítas. Todas servindo de referência educacional para inúmeras outras instituições escolares de menor porte, inclusive as escolas de ler e escrever, seja porque eram pólos formadores de quadros eclesiásticos e civis que se faziam presentes nas cidades vilas e lugarejos, seja porque eram um espaço privilegiado e concreto do exercício da hegemonia da Companhia de Jesus.

No Brasil, por mais que se devam valorizar as iniciativas educacionais das outras Ordens Religiosas (franciscanos, carmelitas) e o trabalho educacional dos párocos, padres mestres e capelães de engenho, não existia nada capaz de ombrear com a presença marcante (e de luta por hegemonia pedagógica) da obra dos oratorianos em Portugal. Tanto que, após a expulsão dos jesuítas, somente surgem, aqui, dois centros de excelência refletindo a influência do iluminismo e os principais postulados da reforma pombalina: em 1776, o Seminário dos Franciscanos no Rio de Janeiro e, em 1800, o Seminário Episcopal de Nossa Senhora da Graça, de Olinda, cujos Estatutos foram elaborados em Portugal, em 1798, por D. José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho, já designado Bispo daquela Diocese.

Os franciscanos da Província de Nossa Senhora da Conceição elaboram uma proposta abrangendo os *estudos menores* (Grego, Hebraico e Retórica), com duração de 1 a 3 anos, dependendo do aproveitamento dos alunos. Os *estudos maiores* compreendiam os cursos de *filosofia* e de *teologia* (História Eclesiástica, Teologia Dogmática, Teologia Moral e Teologia Exegética) com duração de 3 anos cada um. Mas é no curso de filosofia, com um ano dedicado à chamada Filosofia Natural, que podemos perceber um traço nítido de adesão ao espírito das reformas pombalinas pela abertura de espaço (ainda que restrito, como bem assinala Luiz Antônio Cunha) para o estudo das ciências.

"No primeiro ano estudava-se a Filosofia Racional, compreendendo a Lógica e a Metafísica. No segundo ano, Filosofia Moral, abrangendo Ética e Direito Natural. No terceiro ano, estudava-se a Filosofia Natural dividida em Geometria Elementar, História Natural e Física Experimental. Contrariando as determinações de Coimbra, que dedicava

⁴³ cfr. *Instrução para o Exmo. Sr. Conde de Vila Flor, Governador de Pernambuco*, datada de 7 de outubro de 1761. (Apud CARVALHO, 1978: 130-131). Ver ainda, no mesmo autor e obra, toda a questão envolvendo os professores régios portugueses de Pernambuco.

três anos aos estudos de Física, os franciscanos os encurtavam para apenas um, justificando isso com a finalidade predominantemente religiosa da formação pretendida: 'A Teologia e não a Física deve ser o termo de nossas aplicações' " (CUNHA, 1980: 54)

O Seminário de Olinda⁴⁴, porém, manifesta de forma mais clara sua filiação às idéias de seu tempo. Seu minucioso Estatuto está dividido em três partes. A primeira trata da "economia do governo interior da Caza"; a segunda aborda a "moral", dispondo sobre os costumes; e na terceira parte é dada a "direção dos estudos". Como observa ALVES (1993: 106), nas primeiras linhas da terceira parte, já se torna patente o espírito iluminista do autor do Estatuto:

"A observância Literária assentando sobre a Moral é a que repõe o homem no estado, em que ele enche perfeitamente toda a idéia de homem: ela é a que desterra a ignorância, e introduz as luzes, que são necessárias para descobrir os segredos mais ocultos da Natureza, e para saber adorar os mistérios mais profundos da Divindade. Por pouco que se adiantem os conhecimentos humanos nos estudos das ciências, já os discursos, e costumes não são os que d'antes eram, mas sim outros mais iluminados, e mais regulados, e que fazem distinguir o homem na Sociedade. Para que se adquiram estas vantagens, que produzem as ciências, devem ser regulados os estudos por um verdadeiro método, que

não implique os entendimentos com matérias e questões inúteis; mas sim adiante os conhecimentos, e ensine a procurar a verdade nas suas fontes: para este fim dispomos aqui as Artes, e Ciências, que se hão de aprender no nosso Colégio, e damos a norma pela qual se hão de rejeitar os Professores, que as houverem de ensinar"⁴⁵

O Plano de Estudos, pressupondo o domínio de "primeiras letras" (mas prevendo a existência de um professor que ensinava a ler, escrever, contar e a doutrina cristã) se constrói com os seguintes cursos: a) *Gramática*, em três anos, envolvendo o ensino de gramática portuguesa e latina no primeiro ano, e trabalhando autores latinos no segundo e terceiro; b) *Retórica*, com duração de um ano, tratando da arte de bem falar e da História Universal e Geografia; c) *Filosofia*, em dois anos, abrangendo a Lógica, a Metafísica, a Ética e parte da Física Experimental; d) *Geometria*, em um ano, tratando da Geometria Elementar, Trigonometria Plana e Álgebra Elementar; e) *Teologia*, com três anos de duração, desenvolvia-se através da História Eclesiástica, Teologia Especulativa e Teologia Prática.

Luiz Antônio CUNHA, baseando-se no estudo de CARDOSO (1975), apresenta o conteúdo pedagógico dos Estatutos do Seminário de Olinda resumido nas seguintes proposições:

- Existe uma relação fundamental entre aprendizagem e processo de desenvolvimento psicológico;

⁴⁴ Um estudo profundo e abrangente do Seminário de Olinda está em ALVES, Gilberto Luiz. **O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836)**. Ibitinga (SP), Humanidades, 1993, que recupera e analisa estudos anteriores, inclusive o de Luiz Antônio CUNHA, em sua obra *A Universidade Temporã*, publicada em 1980.

⁴⁵ Estatutos do Seminário de Olinda, apud ALVES, 1993, pág. 106. [A atualização da grafia é de nossa responsabilidade. fjsln.]

- O conhecimento, a aprendizagem, o ensino, a matéria de estudo e o currículo se estruturam sobre um fundamento de idéias gerais;
- As idéias gerais se manifestam e são adquiridas de maneira evolutiva em qualquer idade, dependendo apenas da maneira de orientá-las;
- As idéias gerais são a chave da transferência da aprendizagem;
- O espírito da descoberta é fundamental para a aprendizagem.⁴⁶

A breve análise do movimento iluminista em suas dimensões culturais, sociais, políticas e educacionais na medida de sua manifestação portuguesa e de seu impacto no Brasil, pode encaminhar entendimentos de problemas que desafiaram e ainda desafiam soluções.

O que ressalta, entretanto, com "iluminada" transparência, deste percurso sobre a vivência de educadores, políticos e gestores nesses anos do século XVIII, é a percepção de se haver conquistado o trato com as contradições.

A superação das limitações da pedagogia dos jesuítas, pela limitação de, até mesmo, uma tímida oferta de serviço educacional. O reconhecimento da educação como Questão de Estado e como tarefa de Poder Público, mantendo seu realizar-se numa esfera de beneficência concessiva e, ainda, prevalentemente eclesiástica. O propor autonomia de razão de experiência científica, mantido o malabarismo de conjugar o agir com as ações de submissão.

E destas vivências de contradições, brotam condições humanas de lidar com possíveis mudanças, duramente construídas - mesmo quando abortadas em seu simples sonhar, como a Inconfidência de Minas Gerais - surpreendentemente prosseguidas, entre desvios e desvãos, de inesperados fatos.

Fica, como impressão de leitor tardio, a sensação de que Pombal, ao querer racionalizar a colonização, expulsando os jesuítas e sua ação educativa, marcou o tempo da fragmentação do Projeto Colonial, abriu e iluminou novos caminhos de autonomia, ampliados (e muito!) pelo vigor de crescente e insustentável repressão obscura. Não há possibilidade de qualquer *despotismo* ser *esclarecido*. Entretanto, como toda obscuridade, é exigência de luz.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. História da Instrução Pública no Brasil (1500-1889). Trad. Antônio Chizzotti. São Paulo, EDUC/ Brasília, INEP/MEC, 1989.
- ALVES, Gilberto Luiz. O Pensamento Burguês no Seminário de Olinda (1800-1836). Ibitinga (SP), Humanidades, 1993.
- ANDRADE, Antônio Alberto Banha de. A reforma pombalina dos estudos secundários no Brasil. São Paulo, Saraiva/EDUSP, 1978.
- CARDOSO, Elpídio M. Tendências renovadoras e conservadoras na filosofia da educação de José Joaquim da Cunha de Azeredo Coutinho. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, PUC, 1975, mimeografado.
- CARDOZO, Manoel. "Azeredo Coutinho e o fermento intelectual de sua época". In: KEITHE, Henry & EDWARDS, S.F. (org). Conflito e continuidade na sociedade brasileira. (Col. Retratos do Brasil, vol. 79). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1970, pág. 86-122.

⁴⁶ CUNHA, 1980, pág. 59

- CARVALHO, Laerte Ramos de. As Reformas Pombalinas da Instrução Pública. São Paulo, EDUSP / Saraiva, 1978.
- CIDADE, Hernani. Licções de cultura e literatura portuguesas. Coimbra, Coimbra Ed., 1968. Vol 1 e 2.
- CUNHA, Luiz Antônio. A Universidade Temporã: O Ensino Superior da Colônia à Era Vargas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.
- _____. Portugal Histórico Cultural. Lisboa, Ed. Arcádia, [1968]
- FALCON, Francisco José Calazans. A Época Pombalina (Política Econômica e Monarquia Ilustrada). São Paulo, Ática, 1982.
- _____. Iluminismo. 2ª ed. São Paulo, Ática, 1989.
- MARTINS, Wilson. História da Inteligência Brasileira. Vol. I (1550-1794). São Paulo, Cultrix/ EDUSP, 1976.
- MENDONÇA, Marcos Carneiro de. O Marquês de Pombal e o Brasil. (Brasiliana, vol. 299), São Paulo, Cia. Edit. Nacional, 1960
- MONCADA, L. Cabral. Um "Iluminista" Português do Século XVIII: Luís Antônio Verney. São Paulo, Livraria Acadêmica Saraiva & Cia. Edit., 1941.
- NUNES, Clarice. "Luís Antônio Verney (1713-1792): Um pensador Atrevido?" In Revista do Departamento de História, FAFICH - UFMG, Belo Horizonte, (9) : 47-56, 1989.
- OELMÜLLER, Willi. *Ilustración*. In: KRINGS, H./ BAUMGARTNER, H.M./ WILD, C. e outros. Conceptos Fundamentales de Filosofía. t. II. Barcelona, Herder, 1978.
- OLIVEIRA, Betty. As reformas pombalinas e a educação no Brasil. São Carlos, Universidade Federal de São Carlos, 1973.
- OLIVEIRA MARQUES, A. H. Breve História de Portugal. 2ª ed. Lisboa, Editorial Presença, 1996.
- OLIVEIRA MARTINS, (Joaquim Pedro). História de Portugal. 16ª ed. Lisboa, Guimarães Editores, 1972.
- PAIM, Antônio. História das Idéias Filosóficas no Brasil. São Paulo, Convívio, 1987.
- ROWE, frei Basílio. O Convento de Santo Antônio. Petrópolis, Vozes, 1937.
- SCIACCA, Michele Federico. El Problema de la Educación en la Historia del Pensamiento Occidental. Barcelona, Luís Miracle editor, 1957.
- (VERNEY, Luís Antônio) BARBADINHO, P***. Verdadeiro Método De Estudar Para Ser útil à República e à Igreja proporcionado ao estilo e necessidade de Portugal. Valença (Portugal), Oficina de Antônio Balle, 1746.⁴⁷

⁴⁷ Esta edição rara está disponível para consulta no Real Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro (Arm.12 - E - 7/8)